Supremo derruba orçamento secreto

JUSTICA

STF conclui julgamento iniciado na semana passada e decide que é inconstitucional a execução das chamadas emendas de relator. Resultado tem impacto direto no próximo governo

SUPREMO ENTERRA O ORÇAMENTO SECRETO

Brasilia – Com placar final de 6 a 5, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a constitucionalidade da execução das emendas de relator, conhecidas como orçamento secreto. Na semana passada, nove ministros apresentaram seus votos. A discussão foi rectomada ontem, com os posicionamentos dos ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes.

Lewandowski a companhou o entendimento da relatora da ação, ministra Rosa Weber, pela inconstitucionalidade dos recursos parcialmente procederuses parcialmente procederuses parcialmente procederuses, entendendo pela constitucionalidade dos remendas.

Segundo Lewandowski, o orçamento secreto vilola a Constitução O ministro destacou que o Congresso não Corgereso Brasília - Com placar final

gências e aos parâmetros constitucionais de transparência e apontou que a resolução aprovada na semana passada apresentou 'avanços significativos', mas aindação, não houve resposta a contento para de quem pediado, não houve resposta a contento para de quem pediado, não houve resposta a contento para de quem pediado, não houve resposta a contento para de quem pediado, não houve resposta a contento para de quem pediado, não de quem pediado, não de quem pedia pediado de subseito. Para Gilmar Mendes, mesmo com a necessidade de se garantir mais transparência, não é possívei simplesmente declarar inconstitucional a possibilidade de emendas preverem despesas Ele disse, ainda, que a discussão acerca do tema deveria ser enfrentada Sem comentações de coastão.

A votação teve ínicio de substancia feira passada, um dia apulta efeira passada, um dia nos constitucional para possibilidado de comendada dos Firações de posições posições para Rosa Weber, relatora da matéria, o pagamento

das RP-9 a parlamentares, no-me técnico dos recursos, é Te-coberto por um manto de né-voas'. Ela votou por vedar o uso do instrumento para aten-der aos pedidos de parlamen-tares ou de pessoas externas ao Congresso. A ministra disse que essa utilização das emen-das não está de acordo com princípios constitucionais e que vipla a senaração de Pode-

que essa utilização das emen-das não está de acordo com princípios constitucionais e que viola a separação de Pode-res e o direito à informação. Alimou ainda que o mecanis-dado de acomenta de acomentario. De acordo com Rosa Weber, são incompatíveis com a Cons-tituição as práticas orçamen-tárias viabilizadoras do chama-do esquema do orçamento se-creto; consistentes no uso in-devido de emendas do relator-geral do Orçamento. A minis-ra defendeu ainda que as emendas de relator só pode-riam ser usadas para filas restri-tos, previstos na Constituição, de correção de erros ou omis-sões. Ha foi acompanhada por

Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Luíz Fiux e Ricardo Lewandowski.

Os ministros Alexandre de Morase e Dias Toffoli entenderam que a emenda de relator é constitucional, mas precisa de maior transparência e de regras de proporcionalidade por partidos e necessidades dos estados e municípios, já andré Mendonça, Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques votaram pela liberação do orçamento secreto.

O Julgamento era um dos

Assisio Nunes Marques vota-ram pela liberação do orça-mento secreto.

O Julgamento era um dos más aguardados do ano, pols-tem impass disco etc. Del con-tra de la companio de la com-tra de la companio de la com-congresso Nacional Durante a campanha. o petista se posi-cionou contra o orçamento se-creto. Depois, amenizou o tom e passou a defender uma solu-ción medio-termo para o caso. Os repasses viriaram moeda de ne-gociação política entre o Exe-cutivo e o Legislativo durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL).

R\$ 19.4 BILHÖES Com a dernuhada do orçamento scereto elo Supremo, uma das questies que estás sendo debatidas é para onde serão destinados es R\$ 19.4 bilhões que estavam reservados para este fin no orçamento de 2023. O relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse na tarde de ontem que esses recursos deverão ser distribuidos para as emendas seses recursos deverão ser distribuidos para as emendas SE 19.4 bilhões preferencialmente em emendas de comissão. Tem comissão de educação, de assistência social, des aúde, de infraestrutura, de esporte, de turismo, etc. Os presidentes das comissões poderiam decidir para onde vão as emendas, disse Castro. Ontem, ele entregaria a Comissão MB de Orçamento posta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023.

VEIA COMO VOTOLI CADA MINISTRO

ROSA WEBER

ANDRÉ MENDONCA

Apresentou um "voto médio". No entendimento dele, possaria o aplicar o procedimento da RP6 (emendos individuois). No prática mantém o dinheiro à disposição do Parlamento, mos fixo total transparência e o critério proporcional na distribuição dos recursos

EDSON FACHIN
 Acompanhou a ministra Rosa
 Weber e criticou falta de
 transparência

LUÍS ROBERTO BARROSO

Votou com a relatora. Para ele, folta transporência e o volumedinheiro destinado às emendos relator fere a separação de
Poderes e retoma o que ele
chamou de toma lá dá cá

LUIZ FUX

• Acompanhou Weber e elogiou o relatório. "Não deixou pedra sobre pedra"

DIAS TOFFOLI

• Votou em sentido parecido com o de Alexandre de Moraes. Para ele, o orçamento é constitucional, mas faltam critérios de transparência

CÁRMEN LÚCIA • Acompanhou o relatório de Rosa

GILMAR MENDES

Liltimo a votar, o decano se

Aras muda posição e se alinha a Weber

Brasilia — O procurador geral da República. Augusto Aras, mudou a posição do Ministério Público Federal sobre as emerdas de relator e sea alinhou ao voto da presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, quelevou à derubada do dispositivo. O anúncio foi feito ontem, ao término da conclusão do julgamento. Por 6 votos a 5, o plenario classificou dei regular o uso das emendas de relator para criar ou ampliar despessa. Táis nos autos a manifestação do procurador geral da República em sentido contrário ao voto de Vosas Escelentar i, dese Aras. Contudo, após o caminho ser triflado com todos os acréscimos trazidos nos detates, especialmente com os faios novos e com o direito novo posto no acréscimos aqui declinados, por acréscimos aqui declinados, por come relevante registrar que o Ministério Público Federal na sessão de sustentação oral, acompanhou V. Exa, alterando

sua postção inicial." Aras pediu a Rosa que constasses na ta de logamento constasses na ta de logamento constasses na ta de logamento constasses na tas de logamento constas de logamento a vice-procuradora para la despública. Lindo-ra Maria Araujo, afirmou estar mi judgamento pede 151 Fa falta de transparência dese emendos, mas não defendeu a in-constitucionalidade do instrumento. "A transparência deve ser feita e já foi determinada e, pede que entendi, jã está sendo efettuada", disea e arpensentante da Procuradora em sua sustentação oral.

Para ela, o fato de as providências tomadas pelo Logaldarivo e pelo Executivo Visando gos portes de logado de logado e logado



uma crítica ao Congresso Nacional, que fer Sso. Os politicos está o lá pelo voto popular, que também deve ser respetado? afirmou.

Segundo o chefe do MPF, o julgamento ora conchisido éapenas "um capítulo" e novas fases sobre o tema deverão ser enfrentadas mais adiante. "O Ministério

Os ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes concluíram ontem a votação no plenário do Supremo. Por 6 votos a 5, o orçamento secreto foi considerado inconstitucional

Augusto Aras alterou sua

Público não quer se comprome-ter com uma fase que se mani-festou anteriormente no mo-mento de uma cognição incom-pleta", disse Aras.

Lira vê interferência do presidente eleito

Brasilia – O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), indicou a pessoas com quem conversou onten ver interferência do presidente eleito, Luiz Inácio Lui da Silva (PT), no voto do ministro Ricardo Levandowski (STF) sobre as emendas de relator. Lira conversou rapidamente com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MO), e com lidere partidarios pouco após o Supremo declarar a inconstitucionalidade das emendas de relator. Instrumento que codo-ca bilhões do Orçamento na mão dos congressistas e é usarsos de casa de casa de casa casa de casa casa de casa d

ca bilhões do Orçamento na mão dos congressitas e éusa-do para barganha política no Congresso. A interlocutores, ele sinali-zou que a decisão pode in-fluenciar o humor dos deputa-dos, em especia por causa de uma possível mudança reper-tina de voto do Levandowski, que ocorreu mesmo após arti-culação nos bastidores de Pa-checo com ministros do STE.

Lira e deputados avaliam que o episódio evidenciou interferência política de Lula junto ao ministro para que de-clarasse inconstitucional esse tipo de ennenda, criticada pelo pelo de entre de la composició por la composició per a composició perior de la composició per a c

execução obrigatória por par-te do governo. A mudança, se confirmada, seria feita na própria PEC da Transição, que já foi aprovada pelo Senado e pode ir a votação na Câmara ainda nesta semana. Aos interlocutores, Lira disse que atitudes como a que atri-buí aos petistas torna mais difi-cil a tarefa do governo delto de formar base no Congresso.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3